



## ESTADO DO PIAUÍ

Prefeitura Municipal de São Lourenço Do Piauí

CNPJ(MF): Nº 41.522.095/0001-90

Av. 29 de Abril S/N, Bairro Três Marias

CEP: 64778-000 – São Lourenço Do Piauí - PI

CONTRATO Nº. 024 / 2014

R\$ 151.996,70

REF. TOMADA DE PREÇO Nº. 005/2014

CONTRATO DE FORNECIMENTO A PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ, E, DE OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA **RICARDO RIBEIRO PALMEIRA**, NA FORMA ABAIXO ESPECIFICADA.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, nesta cidade de São Lourenço do Piauí, Estado do Piauí, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ – PIAUÍ, inscrita no CNPJ sob o nº. 41.522.095/0001-90, com sede em SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ – PI, estabelecido à Avenida 29 de Abril, s/n, SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ – PI, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Sr. **Biraci Damasceno Ribeiro**, brasileiro, casado, inscrito no CPF Nº. 227.327.723-72, e RG Nº. 768.785 SSP/PI, de outro lado, a empresa **RICARDO RIBEIRO PALMEIRA-ME** – com sede na Praça Carlino Santana s/n – Centro – São Raimundo Nonato – PI, CNPJ 00.319.118/0001-87 aqui representada pelo seu proprietário, senhor **Ricardo Ribeiro Palmeira** CPF nº. 597.482.655-87 e Carteira de Identidade nº.685580870 SSP-BA, doravante chamada de **CONTRATADA**; tendo em vista a homologação, pelo Prefeito Municipal de São Lourenço do Piauí – PI, da **TOMADA DE PREÇO Nº. 005/2014**, conforme despacho do citado gestor exarado no Processo Administrativo, datado de **21 de março de 2014**, e o que o mais consta em todo o processo administrativo, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição em conformidade com as normas da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, com as alterações nela introduzidas até a presente data, têm justo e acordado celebrar o presente Contrato, sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL E/OU POR LOTE, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO.

- São partes integrantes e complementares deste contrato, independentemente de transcrição, o Processo Administrativo da TOMADA DE PREÇO Nº. 005/2014 e seus anexos I, II e III, e respectivas normas e instruções, especificações, despachos e pareceres que o encorpam.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO.

2.1 - A CONTRATADA se obriga a fornecer com absoluta diligência, fidelidade e em perfeito estado de consumo, de acordo com as planilhas de quantitativos fornecidas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ – PIAUÍ, Gêneros alimentícios destinados a merenda escolar da rede municipal de ensino e dos programas PDDE, PETI, BRALF E PROJOVEM, tudo de conformidade com o Edital da TOMADA DE PREÇO Nº. 005/2014 e da proposta aprovada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ – PI.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL PARA ENTREGA DAS MERCADORIAS.

3.1 - As mercadorias objeto do presente Contrato, serão entregues pela licitante vencedora em local indicado pela Prefeitura de São Lourenço do Piauí, no Estado do Piauí, sem ônus para a Prefeitura Municipal, de acordo com o estabelecido no Edital de TOMADA DE PREÇO Nº. 005/2014.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGENCIA E DA ENTREGA

4.1 – O prazo para fornecimento do material objeto deste contrato, será de 01 (UM) ano, a contar da data de assinatura do presente Contrato, e será feita de forma parcelada, mediante solicitação prévia da Prefeitura de São Lourenço do Piauí, após a assinatura da ordem de fornecimento em acordo com o EDITAL da TOMADA DE PREÇO Nº. 005/2014, reservado à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ – PI o direito de rejeitar as mercadorias que não estiverem de acordo com as referidas especificações, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer reclamação ou indenização.

4.2 – O prazo de fornecimento dos Materiais objeto deste contrato poderá sofrer prorrogações de acordo com as permissões da Lei 8.666.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

5.1 - O valor deste Contrato é de **R\$ 151.996,70 (CENTO E CINQUENTA E UM MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E SETENTA CENTAVOS)**, que representa o montante da proposta da CONTRATADA, baseada nas planilhas de quantitativos que acompanham o EDITAL.

**Parágrafo Único** – Nos preços estão incluídos todos os custos de transporte, carga e descarga de materiais, encargos sociais, tributos, lucros e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir sobre o material fornecido, bem como despesas de conservação até o seu recebimento definitivo pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ – PIAUÍ.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO E DO REPASSE

6.1 - A despesas decorrente deste Contrato, estipulada na Cláusula Quinta, será assegurada pelos recursos do **PNAE, PEJA, PDDE, PETI, PROJOVEM, BRALF, FPM e Recursos Próprios**.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

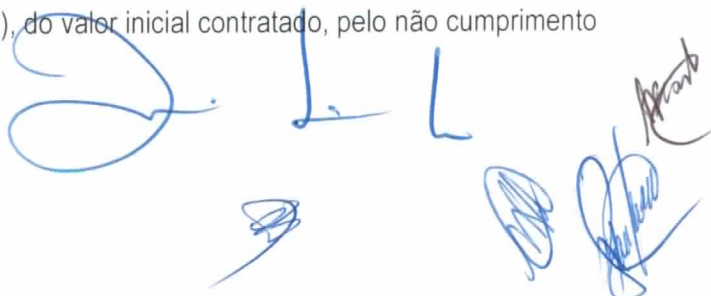
7.1 - O pagamento será efetuado de forma parcelada conforme solicitação, mediante apresentação de Fatura/Nota Fiscal pertinente, e será feito através de transferência direta para conta da empresa contratada após verificação da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ, atestando o cumprimento das obrigações contratuais.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às penalidades, sem prejuízos das demais cominações aplicáveis;

8.1.1 – advertência;

8.1.2 – multa diária de 0,3% (três décimos por cento), do valor inicial contratado, pelo não cumprimento do prazo do fornecimento;





8.1.3 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

8.1.4 – declaração de inidoneidade;

8.1.5 – a advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízo de monta ao interesse do serviço contratado;

8.1.6 – pelo atraso no fornecimento, por culpa imputada à contratada, e pela sua execução de forma incorreta, poderá ser aplicada multa, a ser determinada do seguinte modo, sem prejuízo de outras cominações cabíveis:

8.1.7 – as multas serão cobradas em dobro a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso;

8.1.8 – os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista;

8.1.9 – a cobrança de multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, ou ainda diretamente da contratada;

8.1.10 – no caso de cobrança de multa diretamente da contratada, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contas da correspondente notificação;

8.1.11 – a penalidade da suspensão temporária de licitar e contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02 (dois) anos poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à PREFEITURA:

a) reincidência em descumprimento de prazo contratual;

b) descumprimento total ou parcial de obrigação contratual;

c) rescisão do contrato.

8.1.12 – a penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada:

I – à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente a obrigação contratual desde que desses fatos resultem prejuízos à PREFEITURA;

II – à adjudicatária que se recusar, injustamente, a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido.

8.1.13 – as penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda:

I – à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais;

II – à contratada que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

8.1.14 – as penalidades previstas de advertência, suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa.

8.1.15 – as penalidades previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 serão aplicadas pela autoridade competente, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da licitante ou contratada interessada.

#### CLÁUSULA NONA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 – a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei;

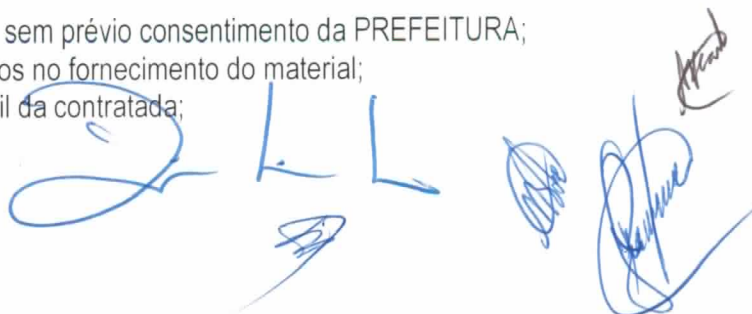
9.2 – constituem motivos de rescisão do contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

9.2.1 – o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações/responsabilidades previstas no Convite, bem como as condições do Contrato;

9.2.2 – a transferência total ou parcial do contrato, sem prévio consentimento da PREFEITURA;

9.2.3 – o cometimento reiterado de faltas ou defeitos no fornecimento do material;

9.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil da contratada;



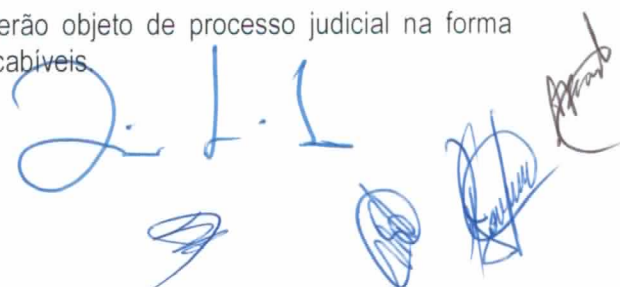
- 9.2.5 – a alteração societária, do objeto social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do serviço contratado;
- 9.2.6 – o atraso injustificado no fornecimento do material/mercadoria;
- 9.2.7 – a não entrega do material especificados no presente processo, sem justa causa e prévia comunicação à PREFEITURA;
- 9.2.8 – o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 9.2.9 – a lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento;
- 9.2.10 – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a PREFEITURA e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- 9.2.11 – a supressão, por parte da Administração, do fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65, da Lei 8.666/93;
- 9.2.12 – a suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso da calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurando à contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 9.2.13 – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução dos serviços;
- 9.2.14 – outras causas relacionadas no Contrato, que indiquem conduta desabonadora da contratada;
- 9.2.15 – o conhecimento posterior de qualquer fato ou circunstância superveniente que desabone ou que afete a idoneidade ou capacidade técnica ou financeira da empresa participante, implicará necessariamente na rescisão contratual, se o contrato já tiver sido assinado.
- 9.2.16 – verificada a rescisão contratual, cessarão automaticamente todas as atividades da contratada relativas a execução dos serviços;
- 9.3.17 – os caso de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.**

- 10.1 – correrão por conta exclusiva da CONTRATADA
- 10.1.1 – todos os impostos e taxas que forem devidas em decorrência da presente contratação;
- 10.1.2 – as contribuições devidas à Previdência Social, Encargos Trabalhista, Premio de Seguro e Acidentes de Trabalho, Taxas e Emolumentos, Imposto de Renda;
- 10.1.3 – a indenização por danos à PREFEITURA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ILÍCITOS PENAIS**

- 11.1 – as infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações cabíveis.





**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1 – é vedado à Contratada caucionar ou utilizar o contrato do presente Convite, para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

12.2 – a CONTRATADA se obriga a respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1 – Para dirimir as questões oriundas deste Contrato será competente a Seção Judiciária na qual o município de São Lourenço do Piauí esteja Jurisdicionado, ou seja, a Comarca de São Raimundo Nonato – PI.

São Lourenço do Piauí – PI, 21 de março de 2014.

\_\_\_\_\_  
**Biraci Damasceno Ribeiro**  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
**Ricardo Ribeiro Palmeira**  
Contratado

Testemunha:

1 - *Sérgio de Deus Amorim*  
Nome e CPF *221591181-68*

2 - *[Assinatura]*  
Nome e CPF *451-509.153-00*

*[Assinaturas]*